

Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca

*Marcelo Badaró Mattos**

Resumo:

Este artigo analisa o sindicalismo carioca na segunda metade dos anos 50 e início dos 60, apoiando-se em uma pesquisa sobre a estrutura sindical e as greves do período. Dados gerais e diversos documentos sobre alguns sindicatos de grande importância são examinados. O objetivo é revelar aspectos da dinâmica do sindicalismo no período, questionando algumas interpretações correntes caracterizadas pelo uso da noção de "sindicalismo populista".

Entre a segunda metade dos anos 50 e o golpe de 64, ocorreu uma ascensão do movimento sindical, aumento do número de greves, visibilidade dos sindicatos pela opinião pública, participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais. Do ponto de vista quantitativo, houve um duplo crescimento: do número de sindicatos criados e do percentual de trabalhadores sindicalizados.

As características da legislação sindical e o ritmo acelerado de desenvolvimento econômico contribuíram para este duplo crescimento.¹

Mais significativo foi o nível de associativismo sindical, expresso na proporção de trabalhadores sindicalizados em relação ao total da população economicamente ativa (PEA). Em 1960, o percentual de trabalhadores sindicalizados era de 6,11% da PEA no Brasil como um todo (em São Paulo, 9,77%), índice sem dúvida muito baixo. Concentravam-se os sindicalizados na região centro-sul do país. Considerando-se a inexistência de sindicatos rurais na época, podemos reduzir o universo ao contingente da PEA ligado a atividades urbanas. Neste caso, o percentual de sindicalizados paulistas sobe para 14,45%, o que ainda é pouco. Próximo aos 30% (27,99), o índice de trabalhadores sindicalizados no antigo Distrito Federal — já então a Guanabara — destacava-se entre os das demais regiões do país.

Havia exceções, que comprovavam a possibilidade de alto grau de representatividade de algumas das direções de entidades de ponta do

*Professor do Departamento de História da UFF. Doutor em História pela UFF.

1. Segundo dados do IBGE, existiam no Brasil 1.300 sindicatos de empregados urbanos em 1955. Em 1964, este número já havia saltado para 1.948.

sindicalismo carioca. Era o caso de três dos principais sindicatos que privilegiaremos nesta análise: o dos bancários, com um índice de sindicalização de aproximadamente 75% às vésperas do golpe militar (25.929 sócios em aproximadamente 35 mil bancários);² o dos ferroviários da Leopoldina, com 85% (17 mil sindicalizados para 20 mil trabalhadores na base), segundo o depoimento do ex-presidente do sindicato Demisthóclides Batista; e o dos metalúrgicos, com 50% de sindicalizados em 1961.³

Também houve uma dinamização das atividades sindicais em função de um processo generalizado de renovação de lideranças. Mapeando as tendências dominantes naquela fase, é possível localizar ao menos quatro agrupamentos de dirigentes sindicais: a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que agrupavam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, antigos controladores dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.

Os católicos já possuíam algumas décadas de atuação no meio sindical e debatiam-se, naquele momento, com a complicada tarefa de adequar a orientação do sindicalismo católico ao espaço restrito do sindicato único. Privilegiavam, então, como instrumento organizacional, o “círculo operário”, órgão “paralelo e complementar” ao sindicato, que tinha entre outras funções: preparar o ambiente para a sindicalização (urbana e rural); promover a formação de sindicatos; colaborar com os sindicatos já existentes, influenciando-os e instrumentalizando-os para uma “sã orientação”(Frei Celso, 1963: 36). Esta consistia na “colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido do desenvolvimento da solidariedade social”(Frei Celso: 1963, 36 e 19).⁴

O “Movimento de Renovação Sindical” foi formado, em 1957, por socialistas críticos em relação ao PCB (alguns dos quais recém-saídos do partido no calor das discussões sobre o XX Congresso do PCUS), católicos de esquerda e grupos de sindicalistas independentes. Unificavam o grupo as reivindicações de apoliticização do movimento sindical, valorização das organizações de base, do Contrato Coletivo de Trabalho e fim do Imposto Sindical. Sua vida foi curta, dividindo-se o movimento a partir da vinculação de algumas de suas lideranças a campanhas políticas. O último registro de participação articulada desses dirigentes deu-se no Congresso Sindical Nacional de 1960 (Costa, 1986:107).

A aliança entre comunistas e petebistas de esquerda também não era nova, tendo sido efetivada com rápido sucesso quando da “redemocratização” de 1945, época em que se criou o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). A linha política ditada pela “declaração de agosto”, de 1950 e a diretriz de oposição ao governo Vargas, no entanto, interromperam essa aproximação. No campo sindical, a resistência de diversas lideranças ao isolacionismo de tal orientação, antecipará em alguns anos a retomada da diretriz de “unidade” com as forças nacionalistas, efetivada em 1958.

2. *Bancário*, 8/6/64: 1.

3. Sobre os ferroviários ver entrevista editada em Figueiredo, Betânia, 1994: 24. Sobre os Metalúrgicos, ver dados levantados por Stuart, Lisa, 1992.

4. Orientações semelhantes eram fornecidas pelo *Manual do ativista sindical*. 1964. As duas publicações foram patrocinadas pela federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo.

Quanto aos auto-intitulados “democráticos”, sua origem enquanto grupo articulado de atuação no meio sindical pode ser imputada à perda de espaço nas organizações de cúpula da estrutura sindical. Aproveitando-se da investida das entidades sindicais vinculadas ao sindicalismo norte-americano, beneficiaram-se de recursos materiais e políticos para agirem de forma centralizada em busca do retorno aos postos dirigentes da estrutura sindical. Em manifestos e programas, tentavam, frente ao avanço dos comunistas, afirmar suas diferenças, destacando a maior pertinência de suas propostas, a combatividade de suas atitudes e o respeito à ordem institucional como princípio básico.⁵

No plano nacional, é possível localizar alguns marcos da renovação das direções nas cúpulas da estrutura sindical. O primeiro é o III Congresso Sindical Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1960. As teses dos sindicalistas ligados à aliança PCB/PTB foram aprovadas por maioria significativa dos delegados. Os dirigentes que se proclamavam como “democráticos”, naquele momento dirigindo as principais Confederações (CNTI, CNTC e CNTTT), e respondendo pela organização do encontro, abandonaram o Congresso quando se perceberam em minoria. Essa virada se cristalizou no final de 1961, quando os antigos dirigentes foram afastados da principal Confederação — a CNTI — nas eleições em que a chapa encabeçada por Clodsmidt Riani, de oposição, ganhou a direção da entidade. Fechando o ciclo renovador, o IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto de 1962, aprovou a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT (Delgado, 1986: 54).

O mesmo processo ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Em 1958, no ainda Distrito Federal, foi criada a Comissão Permanente de Organização Sindical (CPOS), organismo intersindical de grande atividade nos anos subsequentes. Ferroviários, marítimos e portuários da já Guanabara criaram em 60, em meio à “greve da paridade”, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), notabilizado pelo potencial mobilizatório das categorias que o compunham, campeãs em número de paralisações e vanguardas nas greves gerais.

Nas categorias aqui privilegiadas, os marcos da renovação foram próximos a este quadro geral. No sindicato da Leopoldina, a primeira eleição da chapa “Pau Puro”, encabeçada por Batistinha, para a presidência do sindicato, deu-se em 54. Após uma greve, o sindicato sofreu intervenção e, nas eleições seguintes, em 1957, Batistinha voltou à diretoria, derrotando uma chapa ligada à interventoria, para, em 59, ser reeleito presidente, em chapa única (Figueiredo, 1994: 24 a 31). No sindicato dos bancários, o ano de 55 marcou uma intervenção, motivada por renúncia de membros da diretoria, tendo os dirigentes eleitos conseguido negociar a indicação de um interventor próximo, o advogado e funcionário do Banco do Brasil, Aluisio Palhano. Já na eleição de 59, Palhano voltou à presidência do sindicato, desta vez eleito em chapa representativa da aliança PCB/PTB, sendo reconduzido ao cargo nas eleições para o biênio seguinte. Por essa época, o grupo ligado à direção do sindicato carioca ocupava os principais cargos nas recém-criadas Federação de Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo e Confederação

5. Ver por exemplo o manifesto assinado pelos presidentes das Confederações Nacionais de trabalhadores da Indústria, Comércio e Transportes Terrestres (CNTI, CNTC e CNTTT), “Posição democrática do sindicalismo brasileiro”, publicado pelo órgão oficial da Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit) no Brasil, o *Boletim Sindicalista Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 54, maio de 1960: 5.

Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec).⁶ Entre os metalúrgicos, a aliança PCB/PTB chegou à direção do sindicato através das chapas encabeçadas por Benedito Cerqueira, eleito presidente pela primeira vez em 55, e que permaneceu à frente da diretoria até 1963. Maior sindicato do Estado, pelas dimensões de sua base, o dos metalúrgicos teve nessas direções uma composição menos homogênea que nos dois primeiros e uma atuação menos significativa em termos de greves da categoria (Santana, 1992: 163 e ss).

A estrutura

Quais eram os princípios que orientavam a configuração da organização, sindical como um sistema corporativo? Primeiro, a unidade sindical, compulsória, por categoria ou profissão. Isto quer dizer que em cada categoria ou profissão, numa determinada base territorial, só podia existir um sindicato. Segundo, este sindicato único passa a representar não apenas seus associados, mas todos os que integravam as categorias ou profissões. Terceiro, porque todo trabalhador e todo empresário eram legalmente representados por um sindicato, deviam contribuir para ele com o imposto sindical.⁷

Desta forma, Arnaldo Sussekind, membro da Comissão responsável pela elaboração da CLT nos anos 40 e primeiro ministro do Trabalho na ditadura militar, define a estrutura sindical corporativista. Unicidade, monopólio da representação e imposto sindical são de fato as molas-mestras da engrenagem sindical montada ao longo do primeiro governo Vargas. Mas Sussekind, que àquela época era assessor do ministro do Trabalho Marcondes Filho, não inclui em sua definição um quarto princípio: o reconhecimento e controle das organizações sindicais pelo Estado, através do Ministério do Trabalho. Legitimando e limitando a ação sindical, a tutela estatal constituiu-se na moldura do sindicalismo corporativista brasileiro.

Burocratização do sindicato, prioridade para o assistencialismo, atrelamento político, privilégio à conciliação de interesses de classe, e carreirismo sindical, são algumas das conseqüências desta configuração sindical, todas fartamente analisadas pela literatura especializada.

À frente dos sindicatos, os grupos ligados à aliança PTB/PCB tiveram uma missão complexa no que tange à dinamização da máquina sindical, cuja administração era regulada por lei, a qual estabelecia o modelo do "estatuto padrão". Entretanto, os limites desta armadura legal foram flexibilizados em vários sindicatos. Uma das formas de flexibilização dos limites impostos pelo "estatuto padrão" era o estabelecimento de "diretores" em número excedente aos oficiais, para a atuação em áreas não cobertas pelos poucos diretores eleitos conforme a norma legal. Entre os bancários cariocas, por exemplo, definiam-se responsáveis por departamentos, como: social; cultural; feminino; divulgação; jurídico; de organização, etc.

Ainda mais significativa era a existência de organizações sindicais nos locais de trabalho, direta ou indiretamente conectadas às direções dos

6. Este processo pode ser acompanhado nas páginas do jornal *Bancário*.

7. Entrevista de Arnaldo Sussekind a Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo, in *Estudos Históricos*, n. 11. Rio de Janeiro, Apdoc/FGV, jan.-jun. 1993: 116.

sindicatos. Tais organizações, embora não previstas pela legislação, existiam em alguns sindicatos cariocas desde os anos 30. Entre os bancários, já quando da greve de 1934, as “comissões sindicais” apareciam como instrumento fundamental de organização e mobilização. No sindicato dos metalúrgicos, o primeiro “conselho sindical” surgiu em 1933.⁸ O líder têxtil Hércules Corrêa endossa a visão sobre o pequeno enraizamento nas bases das organizações sindicais no período 55-64, mas, ainda assim, destaca a especificidade de alguns sindicatos cariocas:

“São as famosas comissões de empresa, que eu prefiro chamar de Comissões Sindicais de locais de trabalho. Naquela época se avançou muito. Por exemplo, na Guanabara, os sindicatos dos têxteis, dos bancários e dos metalúrgicos tinham um sistema razoável de comissões sindicais de locais de trabalho. E eram muito ativas. (...) Você reunia os conselhos de fábrica e era uma verdadeira assembléia com 3 mil trabalhadores.(...) Era o pessoal ativista sindical de primeira linha”(Correa, Hércules,1980: 34).

Diversas outras categorias conheceram a experiência das organizações por local de trabalho naquele período. Os operários navais — então enquadrados sindicalmente no mesmo ramo dos portuários e marítimos — foram uma das categorias mais atuantes no sindicalismo do pré-64, em grande parte devido ao nível de organização alcançado nos estaleiros, através de comissões sindicais.⁹

Entre os metalúrgicos, os estudos monográficos já desenvolvidos sobre o sindicato destacam a expressividade dos instrumentos de organização por local de trabalho. Os dados reunidos por Stuart (1992:9) permitem dimensionar a presença e atuação dos “conselhos sindicais”. Em 1961, havia 140 destes, o que significava a presença em 15% das empresas da base territorial do sindicato (935 indústrias em 1960). Mais presentes nas médias e grandes empresas, estes 140 conselhos representavam cerca de 50% da categoria

A inserção dos conselhos na estrutura administrativa do sindicato era regulada pelos estatutos da entidade. Por vários artifícios, entre os quais, a concomitância das eleições para os sindicatos e conselhos, estes eram atrelados às direções sindicais. Também contribuía para este atrelamento a necessidade formal de ratificação dos eleitos pela diretoria e a execução de tarefas auxiliares (como distribuição de boletins, convocação para reuniões e assembléias, etc.) pelos conselhos. Ainda mais significativo era o fato de que, embora os conselhos representassem na prática todos os empregados de cada empresa, só votavam nas eleições para os conselhos (e só podiam ser eleitos) trabalhadores sindicalizados (Stuart, 1992: 67).

Ainda assim, o choque ocasional entre as orientações do sindicato e as ações dos conselhos seria inevitável. Na disputa de espaço na máquina sindical, os comunistas enfatizaram, entre os metalúrgicos, a organização em conselhos. Com a representatividade adquirida pela atuação nestas instâncias, somaram pontos junto às bases para, a partir de 55 voltarem a ocupar um espaço cada vez maior nas diretorias eleitas. Mas, à medida em que passaram a hegemonizar a aliança política que divide a direção da

8. Dado citado por Stuart, Lisa, 1992: 3, a partir de Stotz, Eduardo, 1986.

9. Sobre os operários navais ver Barsted, Dennis 1982 e Pessanha, Elina, 1994. Ver ainda a entrevista concedida ao MIS por Emilio Bonfante Demaria. Rio de Janeiro, 1994.

entidade, tentaram controlar as mobilizações capitaneadas pelos conselhos. Dificil tarefa, pois a legitimidade da representação de base foi sempre invocada pelos membros destas organizações quando em conflito com a direção (Santana,1992).

Os bancários também fizeram greves por empresa a partir da ação de seus organismos de base, chamados “comissões sindicais”. Vários relatos indicam que a quase totalidade dos bancos possuía comissões. Mas, entre os bancários, a relação entre diretoria e comissões foi menos impositiva. Somente em 1962, quando as comissões já existiam em diversos bancos, a diretoria do sindicato formulou um regulamento para o funcionamento e criação destas organizações. Como entre os metalúrgicos, a diretoria do sindicato reservava-se o direito de credenciar (e descredenciar) os membros eleitos das comissões, criando para isso, inclusive, um Departamento de Organização Sindical, encarregado de “coordená-las e controlá-las”. Mas, diferentemente do regulamento metalúrgico, as normas propostas pelos bancários previam a eleição anual dos membros desses organismos, além de não estabelecerem barreiras à participação de não sindicalizados como eleitores no processo (embora os membros das comissões tivessem que ser sindicalizados). Neste caso, apesar de tratá-las como parte da estrutura do sindicato, as normas já previam que as comissões teriam um papel de mão-dupla.

Entre as categorias privilegiadas neste estudo, duas — bancários e metalúrgicos — constituíram sindicatos bastante poderosos, não só pela presença de organizações de base, ou pela representatividade das lideranças e dimensão das categorias, como também pelo controle de recursos de grande porte. Embora fossem exceções entre um domínio de pequenas e médias entidades, os sindicatos de bancários e metalúrgicos constituíam-se em referência e suporte para todo o sindicalismo carioca, inclusive pela estrutura material de que dispunham. Suas sedes possuíam espaços administrativos, consultórios e amplos auditórios. Estes últimos seriam constantemente requisitados pelos mais diversos sindicatos e por outras organizações dos movimentos sociais. Delegacias em vários pontos da base territorial e sedes campestres (estas também muito requisitadas por outras categorias) completavam o patrimônio imobiliário desses sindicatos. O período em questão marcou justamente a ampliação deste patrimônio. Se os metalúrgicos construíram, a partir de 1956, o seu “Palácio Metalúrgico”, os bancários começaram a adquirir os primeiros andares no prédio da Av. Presidente Vargas.

O crescimento da estrutura física dos sindicatos em questão era acompanhado de um correspondente incremento em seu quadro de pessoal e complexificação das tarefas de secretaria e administrativas. A ponto de o Sindicato dos Bancários ter contratado, em 1963, os serviços de uma firma especializada — de nome Ortec — para estudar a reorganização dos serviços administrativos da entidade.¹⁰

Todo este patrimônio e o volume de despesas exigido por um complexo funcionamento administrativo só poderiam ser sustentados por um fluxo

10. Ver a esse respeito o *Livro de Atas das Reuniões de Diretoria*, 18/10/63, fl. 34f. Biblioteca Aluísio Palhano do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro (BAP).

contínuo de volumosas receitas. Tratando-se de sindicatos que cresciam em número de associados, em meio às conquistas desta fase de maior mobilização, dispunham das polpudas somas do imposto sindical, mas também de altas “receitas sociais” (as advindas da cobrança de mensalidades), além da cobrança esporádica de percentuais que incidiam sobre o primeiro salário posterior aos reajustes. No relatório financeiro dos bancários referente ao ano de 1961 computa-se, no total da arrecadação do sindicato, aproximadamente 53% de receitas oriundas de mensalidades, que se somavam aos 47% da arrecadação originados com o imposto sindical.¹¹

A discussão sobre o imposto sindical é de capital importância para a literatura especializada na caracterização da estrutura sindical. No discurso dos sindicalistas do pós-1978, o imposto sindical foi foco de calorosos debates. A rejeição a esta forma compulsória de capitalizar as entidades sindicais é tomada como ponto de honra da defesa da autonomia sindical. Nos anos do pré-1964, no entanto, surgiam manifestações contrárias ao imposto, reivindicando sua supressão imediata ou progressiva, justamente daquela corrente identificada com os antigos dirigentes dos órgãos de cúpula (federações e confederações), antes sustentados basicamente pela verba do imposto. Os líderes do “Movimento Sindical Democrático” seguiam os preceitos internacionais do “sindicalismo livre”, ao condenarem a taxa compulsória.¹² Mas, consistindo em novidade na fala de onde surgia, a condenação ao imposto podia ser vista também como uma posição de ocasião, cujo fim último era o esvaziamento das entidades agora controladas pelos sindicalistas da aliança PTB/PCB. Esta era a posição explicitada em artigo do jornal comunista *Novos Rumos*, em que se propunha o fim da remessa de 20% do imposto arrecadado para o Ministério do Trabalho, mas defendia-se com veemência a manutenção da taxa: “Se o dinheiro do imposto sindical é aplicado de forma a atender os interesses dos trabalhadores e de suas famílias, não há razão para sua extinção”.¹³

Seguindo este raciocínio, o fundamental era o uso deste imposto com fins mobilizatórios por dirigentes combativos. Neste ponto residia o limite básico da crítica dos dirigentes sindicais então mais combativos, em especial os comunistas, à estrutura sindical oficial. O que se repudiava era a ingerência do Ministério do Trabalho nas questões internas ao sindicato, através das intervenções, restrições ao direito de greve, controle das contas ou estatuto-padrão. No campo da arrecadação, criticava-se, portanto, a retenção da parcela do imposto referente ao Fundo Sindical pelo Ministério, e não o imposto em si. Quando se tratava de autonomia e liberdade sindicais, propunha-se o fim do controle formal do Estado sobre o sindicato, mas não do monopólio da representação, que redundava em unicidade e poder de tributação”.¹⁴

O assunto era discutido no interior dos sindicatos cariocas com um encaminhamento bastante semelhante. Em uma assembléia do Sindicato dos Bancários, por exemplo, quando se apresentavam as propostas orçamentárias para o ano de 1962, surgiu a questão de como se posicionaria

11. Dados retirados do Relatório de Diretoria referente a 1961, publicado no jornal *Bancário*, 11/4/62.

12. A defesa do fim do imposto aparece em vários manifestos, como no publicado pelo *Boletim Sindicalista do Brasil*, n. 54 de maio de 1960: 5.

13. Valentim, Amaro. “Orit, Pelegos e Imposto Sindical”. In *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 3 a 9 de março de 1961: 2.

14. Ver a esse respeito as deliberações do Encontro Sindical Nacional de fevereiro de 1961. Revista *Bancário*, n. 3/4, mar/abr de 1961: 9 e 10.

o sindicato diante do alardeado fim do imposto sindical. A resposta do então presidente do sindicato, Aluizio Palhano, registrada na ata daquela assembléia, não deixa dúvidas quanto à defesa deste instrumento:

“Com referência à parte da extinção do imposto sindical alegou que a nossa previsão orçamentária já era uma manifestação contra qualquer medida que viesse a extingui-lo, tendo em vista, a vultosa parcela (cerca de 50%) daquela contribuição na receita, e também em decorrência da posição assumida pela classe trabalhadora, em diversos congressos sindicais, contrária à extinção do imposto sindical e favorável, isto sim, a extinção do Fundo Sindical. Saliou ainda que de qualquer forma não poderia ocorrer a referida extinção sem a contrapartida de outros meios para atender o equilíbrio financeiro dos sindicatos, no que poderia determinar o colapso financeiro de várias entidades sindicais”.¹⁵

A pauta de discussões privilegiada pelas lideranças é um outro ponto importante para a análise da dinâmica sindical no período e pode ser percebida de diversas formas. No discurso de posse de Aluizio Palhano, em seu segundo mandato à frente do Sindicato dos Bancários, listam-se as mais variadas conquistas da gestão que se encerrava, como as campanhas salariais, a moralização do IAPB, as posições políticas em face das questões nacionais, o combate aos sindicalistas ditos “divisionistas” e a participação nas intersindicais e reuniões nacionais da categoria. Nas propostas para o biênio seguinte, destacava: a unidade da categoria, o sindicato como representante sintonizado com os interesses da categoria, as propostas econômicas do Contrato Coletivo de Trabalho e do Salário Profissional e os grandes temas nacionais (democracia e desenvolvimento, luta nacionalista e anti-imperialista, reformas redistributivistas).¹⁶

Nas atas das reuniões de diretoria do mesmo sindicato, observa-se com mais clareza os pontos importantes para a gestão cotidiana da máquina sindical. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a frequência de reuniões formais (15 em 1961, 27 em 1963) e nas reuniões extraordinárias (com presença quase sempre de todos os diretores), não deixa dúvidas quanto ao ritmo intenso de trabalho dos dirigentes. Ainda mais que a essas reuniões somavam-se reuniões temáticas sem registro em atas, reuniões com as comissões sindicais e ativistas, reuniões intersindicais, etc. Quanto aos temas discutidos, embora quantitativamente sejam expressivas as menções aos assuntos administrativos e financeiros da entidade, são crescentemente mais significativos os relacionados com a luta econômica da categoria, os balanços dos encontros regionais e nacionais de bancários, as articulações intersindicais e, principalmente em 1963, a conjuntura nacional, avaliada como de avanço das forças populares e possibilidade concreta de enfrentamento com os defensores de um golpe de Estado.¹⁷

A previsão de enfrentamento com os golpistas se concretizou, mas com uma vitória não prevista dessas forças reacionárias, cujo impacto sobre o movimento sindical foi imediato e devastador. A par de todas as incursões em áreas antes inexploradas pelo sindicalismo brasileiro, a vulnerabilidade das organizações sindicais, amarradas ao Estado por uma estrutura sindical

15. *Livro de Atas de Assembléias Gerais*, 28/6/61, fl. 64v. BAP

16. *Revista Bancário*, n. 1/2, jan/fev de 61: 8.

17. *Livro de Atas...*, op. cit.

corporativista, ficou evidente quando as intervenções afastaram das entidades as lideranças mais combativas, desarticulando totalmente as categorias de ponta do movimento. Ficou provada a fragilidade das organizações sindicais para a esperada resistência ao golpe. Mas esta resistência não foi tentada? Esta questão será abordada em um outro número de *Lutas Sociais*.

BIBLIOGRAFIA

BARSTED, Dennis Linhares. (1982). *Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro, Zahar.

CORREA, Hércules. (1980). *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

COSTA, Sérgio Amad. (1986). *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiróz.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (1986). *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil. 1961-1964*, Petrópolis, Vozes.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). (1994). *Batistinha; o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro, Centro de Memória Ferroviária/Amorj.

GOMES, Angela M. de Castro e D'ARAUJO, Maria C. (1993). "A extinção do Imposto Sindical: demandas e contradições". In *Dados*, vol. 36 n. 2. Rio de Janeiro, Iuperj.

_____. (1964). *Manual do Ativista Sindical*. São Paulo, Saraiva.

PESSANHA, Elina G. da Fonte. (1994). "De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre os trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro." In Pessanha, E. G. da Fonte & Abreu, Alice de Paiva (orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC.

SANTANA, Marco Aurélio. (1992). *Partido e militância sindical. A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro (1947/1964)*. Rio de Janeiro, UFRJ (Dissertação de mestrado)

SÃO PAULO, Frei Celso. (1963). *Os cristãos e os sindicatos na cidade e no campo*. São Paulo, Saraiva.

STOTZ, Eduardo Navarro. (1986). *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicalismo corporativista (1932-1945)*. Niterói, UFF. (Dissertação de mestrado)

STUART, Lisa. (1992). *A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964*. Rio de Janeiro, UFRJ. (Dissertação de mestrado)